

Sumário

Introdução	1
1 Acesso à Justiça, Poder Judiciário e Mecanismos Adequados de Solução de Conflitos.....	7
1.1 Redefinindo o acesso à justiça	8
1.2 Poder Judiciário em crise: a (in)efetividade da prestação jurisdicional.....	15
1.3 Autocomposição e heterocomposição: a construção da solução para os conflitos	26
1.4 Os “meios alternativos” no direito brasileiro e sua relação com a jurisdição civil	33
1.4.1 Conciliação.....	40
1.4.2 Mediação	44
1.4.3 Arbitragem	48
2 A Ruptura de um Modelo: a Institucionalização da Mediação Judicial ...	53
2.1 A Resolução nº 125/2010 do CNJ e a implementação da política judiciária nacional de tratamento adequado de conflitos	54
2.2 O Código de Processo Civil e a proposta do modelo multiportas ...	62
2.3 Os princípios informadores da mediação.....	71
2.3.1 Autonomia da vontade	72
2.3.2 Independência	74
2.3.3 Imparcialidade.....	75

2.3.4	Confidencialidade	77
2.3.5	Informalidade.....	80
2.3.6	Oralidade.....	81
2.3.7	Isonomia entre as partes	82
2.3.8	Decisão informada.....	84
2.3.9	Competência	86
2.3.10	Busca do consenso e boa fé	88
2.4	Um processo civil reformulado: as implicações da integração da mediação ao processo judicial.....	90
2.5	Compreendendo a figura do mediador judicial: formação, cadastro, remuneração e restrições legais à atuação	98
3	Em Busca da Justiça Consensual: os Desafios a serem Enfrentados....	107
3.1	A insuficiência das alterações legislativas: o “mito da onipotência”	108
3.2	Uma questão estrutural: a criação e o funcionamento dos CEJUSCs	115
3.3	Mudando e aprendendo: por uma necessária formação de pacificação a partir do ensino jurídico	122
3.4	O indivíduo como gestor do conflito: superando a cultura da judicialização	131
3.5	As implicações da pandemia da Covid-19 para a gestão de conflitos.....	139
4	A Mediação no Estado do Piauí: os (D)efeitos Práticos de sua Aplicação....	151
4.1	O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí: uma análise preliminar	152
4.2	Mediação judicial: o NUPEMEC e os CEJUSCs do TJ-PI	156

4.3 Autocomposição extrajudicial: a contribuição de outros núcleos, centros e câmaras de mediação e conciliação	168
4.3.1 Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON e Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR do Ministério Público	168
4.3.2 Núcleo de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania – NUSCC da Defensoria Pública	175
4.3.3 Câmara de Mediação e Arbitragem – CMA da OAB/PI.....	181
4.3.4 Câmara Estadual de Mediação e Arbitragem do Piauí – CEMAPI da Procuradoria do Estado	186
4.3.5 As câmaras privadas de conciliação, mediação e arbitragem do Piauí	191
4.4 O ensino jurídico: uma análise da mediação nos principais cursos de Direito no Piauí.....	194
4.5 A cultura da judicialização e a litigância habitual	202
5 Propostas para Melhoria na Implementação da Mediação.....	213
5.1 Propostas de mudança estrutural e funcional.....	214
5.1.1 Criação de novos CEJUSCs e ampliação dos já existentes.....	215
5.1.2 Profissionalização da carreira de mediador judicial	219
5.1.3 Estímulo à mediação extrajudicial.....	227
5.2 Alterações no ensino jurídico.....	232
5.2.1 Inserção de uma disciplina específica de mediação na matriz curricular	233
5.2.2 Uso de metodologias ativas para o ensino da mediação	238
5.3 O processo de mudança de mentalidade	244
5.3.1 Divulgação e o incentivo à mediação	246

5.3.2 Formação de uma cultura pelo diálogo a partir das escolas.....	250
5.4 As ODR's e o legado da pandemia: as novas tecnologias a serviço do Judiciário	256
Conclusão	271
Referências.....	279

Anexos

Anexo 1 - Questionário sobre mediação de conflitos no Piauí.....	317
Anexo 2 - Respostas ao questionário	323